



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia/ SECADI/MEC

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

JOSEMÁRIA ALVES DE JESUS SOUZA

PRÁTICAS DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO:
CONSTRUINDO A AUTOESTIMA DO ALUNO AFRODESCENDENTE

BRASÍLIA

2015



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia / SECADI/MEC
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

JOSEMÁRIA ALVES DE JESUS SOUZA

**PRÁTICAS DE ENSINO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRO:
CONSTRUINDO A AUTOESTIMA DO ALUNO AFRODESCENDENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade de Brasília
(UnB), como requisito para obtenção do
grau de Especialista em Educação em e
para os Direitos Humanos no contexto da
Diversidade Cultural.

Professora orientadora: Juliana Crespo Lopes

BRASÍLIA

2015

FICHA CATOLOGRÁFICA: sistema de Biblioteca da UnB

SOUZA, Josemária Alves de Jesus.

Práticas de Ensino e Valorização da Cultura Afro: Construindo a Autoestima do Aluno Afrodescendente / Josemária Alves de Jesus Souza. – Brasília, 2015.

40 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientadora: Prof^a. Juliana Crespo Lopes

1. Lei 10. 639. 2. Valorização da Cultura Afro 3. Práticas pedagógicas. 4. Autoestima do aluno afrodescendente



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia / SECADI/MEC
Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos,
no contexto da Diversidade Cultural

O Trabalho de Conclusão de Curso de autoria de Josemária Alves de Jesus Souza, intitulada Práticas de Ensino e Valorização da Cultura Afro: Construindo a Autoestima do Aluno Afrodescendente, submetido ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, no âmbito da SECADI/MEC, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural, foi defendido e aprovado pela banca examinadora abaixo assinada:

(Presidente)

(Examinador/a)

Brasília, novembro de 2015

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza, fonte de inspiração e que está sempre presente na minha vida.

A minha família, especialmente aos meus pais que sempre acreditou em mim.

A meu esposo, pelo companheirismo e apoio durante todo esse tempo.

Aos meus queridos amigos, que além do apoio, nunca me deixou faltar o carinho.

A minha orientadora Juliana Crespo pela dedicação e atenção nessa caminhada.

A todos que tiveram um papel especial em toda minha jornada de estudo.

“A única arma para melhorar o planeta é a Educação com ética. Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, por sua origem, ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.” Nelson Mandela

RESUMO

Este trabalho tem como tema Práticas de Ensino e Valorização da Cultura Afro: Construindo a Autoestima do Aluno Afrodescendente. Foi elaborado a partir dos seguintes questionamentos: Se vivemos num país diverso, por que então, há tantos casos de discriminação, racismo e segregação racial? Como a escola pode desenvolver práticas pedagógicas de respeito à diversidade cultural? A partir de uma pesquisa qualitativa com alunos e professores de uma turma de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio que se obteve o indicador de que para obter êxito num trabalho pedagógico de promoção da valorização da cultura afro-brasileira e da construção da identidade do aluno afrodescendente ele deve ser desenvolvido ao longo prazo e de forma coletiva, buscando a efetivação da Lei 10. 639/03 e principalmente incentivo ao respeito e a tolerância às diferenças.

Palavras-chave: 1. Valorização da Cultura Afro-Brasileira. 2. Lei 10. 639/03
3. Práticas pedagógicas 4. Autoestima do aluno afrodescendente

ABSTRACT

This work has as its theme Teaching Practice and Appreciation of African Culture: Building the Self-Esteem of African Descendant Student. It was prepared from the following questions: If we live in a diverse country, why are there so many cases of discrimination, racism and racial segregation? How can school develop pedagogical practices of respect for cultural diversity? From a qualitative research with students and teachers from a class of Youth and Adult Education High School we got the indication that to have success in an educational work of the appreciation promotion of the Afro-Brazilian culture and the construction of afrodescendant identity of students, it must be developed over time and collectively, aiming the enforcement of Law 10.639/03 and mainly encouraging respect and tolerance for differences.

Keywords: 1. Valuation of Afro-Brazilian Culture. 2. Law 10.639/03. 3. Pedagogical practices 4. Self-esteem of Afro descendant student

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO	13
1.2 Objetivo Geral.....	14
1.3 Objetivos Específicos.....	14
2. O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA: CONQUISTA DE DIREITOS.....	15
3. CULTURA AFRO NO ESPAÇO ESCOLAR: CONSTRUINDO A AUTOESTIMA DO ALUNO AFRO-DESCENDENTE.....	18
4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO MÉDIO: possibilidades e dificuldades de introduzi-las no currículo escolar	21
5. METODOLOGIA	23
6. ANÁLISE DE DADOS.....	25
6.1. RESULTADOS DA DISCUSSÃO COM OS PROFESSORES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA LOCAL.....	25
6.2. O QUE PENSA O ALUNO SOBRE CULTURA NEGRA E AUTOIDENTIDADE	30
6.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE RESGATE E VALORIZAÇÃO DAS QUESTÕES ÉTNICAS-RACIAIS.....	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS	41

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639 existe há mais de 10 anos e seu objetivo é tratar do ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar, destacando a questão étnico-racial. Entretanto, o que se observa em maior parte das escolas públicas do nosso país é que infelizmente essa Lei não foi colocada em prática.

Nota-se que em muitas escolas o ensino da cultura Afro restringe-se apenas às atividades pedagógicas dos professores de História ou de Artes. O que reforça o não compromisso de muitos docentes para essa responsabilidade em promover a discussão clara e reflexiva sobre a questão histórica e racial dos povos africanos e indígenas no nosso país de modo que resgate os valores étnicos raciais desses povos.

Sabe-se que muitas foram e que ainda há grandes contribuições do povo negro e indígena ao nosso país. Foram povos que além de explorados, foram obrigados a aceitar uma cultura diferente da sua, enfim, foram segregados pelo sistema colonizador. A escola deve trazer essas questões para a sala de aula, de modo que mostre a verdadeira história desses povos utilizando diferentes recursos didáticos a fim de proporcionar uma maior discussão sobre o tema e principalmente ser uma oportunidade de valorização e autoaceitação do povo negro e indígena, ou seja, proporcionar aos alunos não apenas uma aprendizagem dessa temática, mas fazer com que a partir dessas discussões os alunos afro descendentes passem a auto identificar-se como pessoa negra.

Tais perspectivas foram fundamentais para mostrar aos docentes de uma escola da rede estadual de ensino da cidade de Carinhanha- BA a importância do Ensino da Cultura Afro nas suas ações pedagógicas no intuito de valorizar a cultura afro e o respeito ao aluno afrodescendente. A partir disso, os professores refletiram que muitas das vezes a não realização de um trabalho interdisciplinar pautado na Lei 10.639 não é somente negligência do corpo docente ou direção escolar, mas uma falta de formação e conhecimento a respeito não somente dessa Lei como também das discussões a respeito da temática étnico-raciais presentes em nossa sociedade.

Desse modo o desenvolvimento dessa pesquisa buscou superar a problemática da falta de formação dos docentes sobre a efetivação da Lei 10.639 bem como incentivar as ações que já são realizadas no ambiente escolar no intuito de fortalecer a valorização da cultura afro e a autoafirmação do aluno afrodescendente.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

É por meio da educação e de seu contato com os demais sujeitos que o homem vai se construindo enquanto ser humano não de maneira isolada, mas de maneira coletiva. Ou seja, é a partir da construção individual, social e cultural que vamos construindo nossa identidade enquanto sujeito, político, cultural e social.

Ao falar dessas três vertentes que interferem na formação humana devemos refletir de forma mais abrangente a questão diversidade, uma vez que vivemos em um país constituído por diferentes povos, raças, enfim, diferentes tipos de cultura construídos na inter-relação do homem com o meio.

Entretanto, quando pensamos na diversidade que há no Brasil não podemos deixar de mencionar que ainda notamos uma disparidade em relação à diversidade humana e a igualdade de direitos principalmente com a população afrodescendente. Nessa perspectiva, a temática dos Direitos Humanos se pauta na efetivação do conjunto de direitos fundamentais ao ser humano destacando principalmente o direito à igualdade, ao respeito e à dignidade.

Ao pensarmos na garantia desses direitos humanos surge como problemática neste trabalho refletir se de fato tais direitos atingem a todos e principalmente o sujeito afrodescendente, no ambiente escolar. É necessário nos questionarmos: Se vivemos num país diverso, por que então, há tantos casos de discriminação, racismo e segregação racial? E, a partir disso: Como a escola pode desenvolver práticas pedagógicas de respeito à diversidade cultural?

Havendo a Lei 10.639 que institui o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas nos cabe refletir sobre: como os docentes trabalham em sua prática pedagógica o ensino da Cultura Afro Brasileira? Como esse trabalho pedagógico influencia no auto-reconhecimento do aluno enquanto afrodescendente? Quais são as dificuldades e possibilidades de se trabalhar a cultura Afro Brasileira em sala de aula bem como introduzi-la no currículo escolar?

Por fim, diante de todas as indagações aqui expostas ainda que não sejam encontradas respostas para todos os aspectos levantados será de suma importância

refletir cada questão estudada fazendo um paralelo com o estudo realizado sobre Educação e Direitos Humanos.

1.2 Objetivo Geral

Refletir com os professores de uma escola da rede pública estadual sobre a implementação da Lei 10.639 na sua prática docente e quais os reflexos dessa ação na autoafirmação da identidade afrodescendente no aluno negro.

1.3 Objetivos Específicos

- Identificar junto com os/as professores/as práticas pedagógicas de resgate e valorização das questões étnicas - raciais.
- Verificar quais os reflexos que o ensino da Cultura Afro traz na vida do aluno no que tange a sua autovalorização enquanto pessoa negra.
- Promover momentos de discussões com os professores sobre a implementação da Lei 10.639 na escola local.

2. O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO BRASILEIRA: CONQUISTA DE DIREITOS

Os termos diversidade, cultura, identidade, respeito às diferenças, entre outros, têm sido bastante utilizados nas discussões pedagógicas sobre as relações étnico-raciais. O intuito dessas discussões gira em torno de analisar a função da escola no que tange a valorização das múltiplas identidades que compõem o ambiente escolar e por meio de novas práticas pedagógicas leve o aluno a reconhecer-se como afrodescendente.

Pensar no contexto histórico, social e educacional que envolve a pessoa negra marcada por discriminação e exclusão leva-nos a compreender o porquê de tantos negros recusam reconhecer a sua verdadeira identidade. Tal afirmação justifica-se quando analisamos os dados apresentados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) em que 46,2% da população brasileira considera-se branca, 45% parda e apenas 7,9% é preta. Em complemento, outros dados ainda revelaram que a disparidade participativa entre esses grupos também é grande, a exemplo da população com menor renda e menor grau de escolaridade que é a população negra.

Ao levar essa realidade para o contexto escolar observa-se que grande parte dos jovens afrodescendentes que frequentam o ambiente escolar depara-se em posição de inferioridade em virtude da discriminação e preconceito que os leva muitas das vezes a rejeição e negação dos seus valores culturais. Daí a importância de levar a escola a se preocupar com uma oferta de ensino que empregue em seu currículo eixos de discussões como Interações e Diversidades visando refletir com o aluno a necessidade de compreender, respeitar, integrar e valorizar as diversas culturas, gêneros, raça/etnia e crenças.

Quando a escola desenvolve seu trabalho pedagógico na perspectiva dos eixos Interações e Diversidade conseguirá despertar o interesse do aluno bem como elevar sua autoestima para que não carreguem o sentimento de inferioridade bem como o combate ao racismo.

Para superar o não reconhecimento da origem étnica e cultural dos seus alunos bem como as diversas identidades que integram seu ambiente pedagógico, a escola começa a organizar seu currículo conforme as orientações da Lei 10.639, de 09 de janeiro 2003 que ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 e passa a instituir tanto ensino fundamental quanto médio da rede pública ou privada o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira objetivando

produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p 01)

Tais leis vão ao encontro do que rege a Constituição Federal, promulgada em 5 de outubro de 1988 que afirma em seu artigo 5 sobre os Direitos e Garantias de cada cidadão que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se (...) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988, p 01). É a partir da Constituição Federal que a cultura negra passa ser vista como manifestação cultural podendo ser realizada sem privações ou repressão.

A Lei 10.639 caracterizou um grande avanço para o cenário educacional do país, pois incluiu mudanças na grade curricular de toda Educação Básica e tornou uma obrigatoriedade o Ensino da História da cultura afro-brasileira, chamando assim todos os professores a contemplar em sua disciplina o conhecimento e respeito à cultura afro, antes apenas uma responsabilidade das disciplinas de História do Brasil, Literatura e Educação Artística. Vale ressaltar que no ano de 2008 foi aprovada a Lei 11. 645 que complementa a Lei 10.639/03 e passa a incluir também as discussões e aprendizagens sobre a luta e cultura dos povos indígenas no âmbito de todo o currículo escolar, o que representou um grande avanço para a história desse povo também marcada por opressão e discriminação.

Sob essa nova perspectiva de trabalho pedagógico e de implantação de um currículo capaz de contemplar a valorização da pluralidade cultural exigirá dos docentes uma visão mais crítica sobre a identidade cultural do povo brasileiro para que assim ajude o aluno negro a elevar sua autoestima e posteriormente

desenvolvam o reconhecimento de sua identidade e ações afirmativas de enfrentamento das ações de discriminações sofridas dentro e/ou fora do ambiente escolar conforme as considerações de Botelho (2007) que destaca a importante participação do professor no processo de valorização da pluralidade cultural.

É importante que educadoras e educadores estimulem seus alunos e alunas a reconhecerem a legitimidade dos diferentes saberes presentes na sociedade e perceberem como cada grupo sócio-racial contribuiu para a formação da identidade cultural do país. Diante de uma população escolar educacional multirracial, como a brasileira, mostram-se imprescindíveis novas práticas didático-pedagógicas que re-signifiquem os conteúdos curriculares e as atividades de sala de aula, por meio de recursos diferenciados de ensino. (BOTELHO, 2007, p. 35).

Percebe-se aqui a importância das ações escolar em discutir temáticas de valorização da pessoa humana e todos os seus direitos garantidos por lei como maneira afirmativa de superar o ensino apenas metódico e conteudista e que muitas das vezes não contempla a realidade sociocultural dos seus alunos. De acordo com Gomes (2005) para que a escola avance em relação aos conceitos de pluralidade étnico-cultural é de fundamental importância que os professores, gestores e demais funcionários da escola compreendam que desenvolver uma nova prática pedagógica no ambiente escolar à luz dos temas transversais não é um retroceder na aprendizagem, pelo contrário é construir de maneira democrática e consciente novas maneiras de combater o racismo dentro do ambiente escolar e assim valorizar a população negra.

Dessa forma, todo respaldo legal do ensino da cultura afro-brasileira abordado aqui torna possível uma maior ampliação e promoção de direitos do ensino da cultura africana em sala de aula promovendo assim maior ampliação do conhecimento e valorização da diversidade cultural que há em nosso país.

3 CULTURA AFRO NO ESPAÇO ESCOLAR: CONSTRUINDO A AUTOESTIMA DO ALUNO AFRO-DESCENDENTE

De acordo com Pulino (2001) o ser humano vai construindo sua identidade enquanto pessoa humana, muito antes de nascer. Isso porque antes do seu nascimento, já há toda uma preparação psicológica e social para a sua vinda. Desse modo, compreende-se que é a partir das nossas relações formais e informais nos diferentes espaços que vamos construindo nossa identidade enquanto sujeito humano, ou seja, através do processo de humanização, sendo-nos capazes de não apenas relacionarmos com as demais pessoas, mas também transformarmos o espaço em que vivemos. Logo, há uma série de fatores e acontecimentos históricos e culturais que vão moldando nossa formação humana, isso desde o nosso nascimento.

Ainda segundo a autora todo esse processo de formação é bastante influenciado pelos espaços onde inserimos, logo quando a criança ingressa no ambiente escolar, ela é fortemente influenciada por esse ambiente desde sua entrada até sua permanência, daí a importância do professor ter em mente a grande responsabilidade que irá ter ao lidar com essa criança bem como mediar o seu relacionamento com os demais sujeitos que ali se inserem.

Nesse processo de formação de identidade é de fundamental importância o trabalho da escola de valorização das experiências culturais do aluno adquiridas fora do ambiente escolar no intuito de respeitar e valorizar as manifestações culturais que fazem parte da identidade do aluno e, por conseguinte contribuir para a elevação de sua autoestima. A esse propósito Moura (2005) destaca que

É o respeito às matrizes culturais a partir das quais sés constrói a identidade dos alunos, com a intenção voltada para tudo aquilo que vá resgatar suas origens e sua história (o que também significa respeitar os direitos humanos!), como condição de afirmação de sua dignidade enquanto pessoa, e da especificidade da herança cultural que ele carrega, como parte da infinita diversidade que constitui a riqueza do ser humano. Este é um valor que se revela essencial numa sociedade marcada simultaneamente por formação pluriétnica e pelo peso da herança escravocrata. (MOURA, 2005 p. 68)

Um trabalho de valorização da identidade humana quando realizado de maneira consolidada implicará na superação de preconceitos e de situação de inferioridade. Isso é ainda mais relevante quando o sujeito em questão é um aluno negro que carrega consigo marcos históricos do sofrimento de desigualdade e inferioridade sentida por sua população. E segundo Gomes (2007) muitos desses alunos ao ingressarem no ambiente escolar continuam a sofrer vários tipos de situações de discriminações e preconceitos dentro da sala de aula fazendo com que estes não se reconheçam enquanto pessoa negra por sentirem vergonha ou medo da repressão.

Desse modo, é premente que a escola no desenvolvimento da sua política pedagógica busque métodos que ajudem o aluno afrodescendente na superação de suas fragilidades e ensinem aos demais alunos o respeito com o próximo e as diferenças socioculturais que compõem o nosso país. É função da escola de acordo com os apontamentos de Botelho (2007) considerar em seus ensinamentos a pluralidade cultural aqui existente e os saberes diferenciados que cada aluno traz consigo ao ingressar no ambiente escolar. Saberes esses adquiridos no contexto familiar e que não podem ser negados, pois fazem parte da sua identidade enquanto pessoa humana.

Nestas considerações, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) deixam claro que a escola deve pensar no seu espaço pedagógico enquanto local heterogêneo formado por diferentes atores, crenças, classes sociais, gêneros, etnias onde cada uma na sua especificidade e individualidade colaboram na troca do saber.

Cabe, pois, à escola, diante dessa sua natureza, assumir diferentes papéis, no exercício da sua missão essencial, que é a de construir uma cultura de direitos humanos para preparar cidadãos plenos. A educação destina-se a múltiplos sujeitos e tem como objetivo a troca de saberes, a socialização e o confronto do conhecimento, segundo diferentes abordagens, exercidas por pessoas de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais e emocionais, classes sociais, crenças, etnias, gêneros, origens, contextos socioculturais, e da cidade, do campo e de aldeias. Por isso, é preciso fazer da escola a

instituição acolhedora, inclusiva, pois essa é uma opção “transgressora”, porque rompe com a ilusão da homogeneidade. (BRASIL, 2013 p. 25)

Em suma, a escola enquanto espaço social e de desenvolvimento do saber deve proporcionar ao estudante condições necessárias para seu desenvolvimento não apenas intelectual, mas também da sua formação pessoal para que possa se sentir bem e valorizado independente de seu nível social ou cultural, sabendo assim, interagir e respeitar as diferentes culturas que encontramos no espaço escolar. Sobre essa importante missão que a escola deve desenvolver, Candau (2002) ressalta que um trabalho desenvolvido nessas perspectivas será de suma importância no combate à discriminação que diferentes culturas sofrem ao tentarem propagar seus valores dentro ou fora da sala de aula

A inclusão do tema pluralidade cultural no processo educacional procura favorecer a mudança de mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias. Estas são as finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa da sociedade como um todo. Nesse processo se afirma que a escola tem um papel central no combate à discriminação, na divulgação das contribuições das diferentes culturas e na eliminação dos conceitos preconceituosos a respeito dos grupos e povos que conformam o Brasil (CANDAU, 2002, p. 138).

Desenvolver atividades de caráter de formação social e que superem a prática da realização de apenas atividades mecânicas e funcionais, sejam elas de leitura ou escrita, fazem com que a espaço escolar ajude o aluno a conhecer seus direitos bem como as diferentes maneiras de conquistá-los.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO ENSINO MÉDIO: POSSIBILIDADES E DIFICULDADES DE INTRODUZÍ-LAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Buscar desenvolver uma prática pedagógica em que as diferenças culturais sejam trabalhadas de maneira igualitária não é uma atividade fácil, visto que é preciso antes de qualquer coisa entender o processo de formação e manifestação de cada cultura observando suas especificidades, quem são os envolvidos e principalmente o contexto em que si manifesta. Quando o professor traz essas reflexões, logo compreenderá que é preciso conhecer os conceitos que envolvem as discussões étnico-raciais para melhor desempenho do trabalho pedagógico sobre o respeito às diferenças culturais, raciais, sociais e religiosas encontradas no nosso país.

Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013) trazem importantes contribuições sobre o papel da escola e do professor na construção e desenvolvimento de um currículo que promova a troca e respeito dos múltiplos saberes adquiridos dentro e fora do ambiente escolar destacando a igualdade de direitos sociais e valorização das riquezas culturais que nosso país possui. Assim, esse documento destaca que

A escola de Educação Básica é espaço coletivo de convívio, onde são privilegiadas trocas, acolhimento e aconchego para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre si e com as demais pessoas. É uma instância em que se aprende a valorizar a riqueza das raízes culturais próprias das diferentes regiões do País que, juntas, formam a Nação. Nela se ressignifica e recria a cultura herdada, reconstruindo as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País. (BRASIL, 2013 p.25)

Sob essa perspectiva é que o educador deve desenvolver sua prática pedagógica buscando destacar a valorização da cultural afro-brasileira bem como o respeito às diferenças e a importância de sabermos conviver com ela de maneira

harmônica. Logo, é de suma importância que o professor traga para sala de aula durante o desenvolvimento de seu conteúdo, metodologias que promovam diferentes discussões sobre a superação do racismo, itens da cultura negra como personagens, músicas, danças, instrumentos musicais, e entre outros, fazendo com que os alunos percebam a diversidade existente no país e na sua comunidade superando todo tipo de conflitos étnico-raciais.

Partindo dessa reflexão Santos (2001) afirma que somente quando a escola desenvolver uma educação antirracista conseguiremos superar ações de segregação racial e individualismos

[...] no cotidiano escolar a educação antirracista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela estereótipos e ideias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente e docente etc.) precisam ser duramente criticados e banidos. É o caminho que conduz a valorização da igualdade nas relações. E para isso, o olhar crítico é ferramenta mestra (SANTOS, 2001, p.105).

Diante do exposto é preciso que o educador esteja disposto a buscar pela qualificação e melhor entendimento das questões que envolvem a cultura afro-brasileira e seu ensinamento em sala de aula para que assim haja uma educação igualitária e de valorização da cultura de cada aluno que se encontra no ambiente escolar de forma de que sintam valorizados e respeitados por professores e colegas. Portanto valorizar a individualidade cada aluno é de fundamental importância para assim ajude-os a desenvolver uma consciência política do respeito e tolerância, a serem praticados não apenas dentro do ambiente escolar, mas principalmente nos espaços sociais em que se inserem.

5. METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados basearam na pesquisa de cunho qualitativo buscando compreender e identificar como a escola investigada trabalha em sua prática pedagógica ações de valorização da cultura afro brasileira. Para isso foi desenvolvida uma Oficina temática e uma Roda de Conversa envolvendo os sujeitos da pesquisa – professores e alunos do 1ª série do Ensino Médio da Modalidade da Educação de Jovens e Alunos da Rede Estadual de Educação da cidade de Carinhanha.

O colégio investigado é o único colégio estadual da cidade, possui mais de mil quatrocentos e quarenta alunos não apenas da sede, mas também da zona rural. Os alunos da zona rural, por exemplo, são de baixa renda e grande parte, filhos de agricultores rurais. Os alunos da sede por sua vez não diferem muito, pois são também de baixa renda, moradores de diferentes bairros da cidade e filhos de agricultores, pescadores, trabalhadores autônomos ou funcionários municipais. Já corpo docente da escola é composto de 24 professores todos com formação superior.

Participantes: Professores e alunos da turma 1º Ano do Tempo Formativo III – Eixo VI da modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A turma possui 06 professoras e é composta por 40 alunos, mas com a evasão escolar esse número reduziu e atualmente estão frequentes apenas 29 alunos. A maioria é composta por alunos do sexo feminino, com idades de 18 a 45 anos, negros e residentes nos bairros mais pobres da cidade. Logo, são alunos de classe social baixa e que se veem muitas das vezes obrigados a dividir o seu tempo entre o trabalho e a escola. São mães de família, pedreiros, moto-taxistas e agricultores familiares.

Procedimentos: Foi promovido um encontro com os professores no período em que esses realizavam a A/C – Atividade Complementar, ou seja, momento em que realizavam o planejamento pedagógico das atividades. Esse momento de diálogo teve a duração de 04 horas e centrou em um único questionamento: que ações a escola pode fazer para promover a valorização e respeito da cultura afro e do aluno afro descendente?

Oficina Temática: pautou na aplicação de um plano de ensino com o tema “Por igualdade racial na Escola e na Vida” a ser desenvolvido com os alunos da 1ª série do Ensino Médio, do turno noturno, com duração de 05 aulas de 40 minutos cada. Foi exibido o vídeo O Xadrez das Cores (duração de 22 min) visando promover uma discussão sobre as questões de preconceito e discriminação evidenciados na trama. Após, a turma foi dividida em 04 grupos para debater sobre o seguinte assunto: Preconceito e Racismo na Escola: como superá-los? Em seguida, cada grupo produziu uma apresentação que representasse o resultado da discussão realizada podendo ser: mural, painel, dramatização ou paródias.

Cada grupo teve um momento para apresentar sua produção e ao final da Oficina fez-se as considerações sobre o momento realizado.

6 ANÁLISE DE DADOS

6.1. RESULTADOS DA DISCUSSÃO COM OS PROFESSORES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA LOCAL.

No ambiente escolar bem como na nossa sociedade brasileira ainda vigoram um racismo velado contra a pessoa negra, resultado de um processo histórico de exclusão e violência ao considerá-la como um ser inferior. As diferenças étnicas e culturais já foram usadas para separar os indivíduos sob o critério de superioridade e inferioridade, deixando de lado a reflexão de que somos uma só raça e que vivemos num país multicultural, onde devemos, portanto, respeitar as nossas diferenças.

Refletir sobre a importância do respeito às diferenças étnicas foi de suma importância para compreensão do trabalho pedagógico realizado no campo de pesquisa bem como os reflexos dessas ações na autoestima do aluno negro. A realização de uma ação interventiva envolvendo alunos e professores de uma determinada turma possibilitou a ampliação da visão sobre diversidade cultural, respeito e autoidentidade negra.

No processo de ensino-aprendizagem é de fundamental importância o desenvolvimento de uma prática pedagógica capaz de romper com as ações de injustiças e desigualdades que ocorrem em sala de aula. O papel do professor nessa perspectiva ajuda não apenas a manter uma relação de igualdade e respeito dentro da sala de aula, mas também na superação de ações de discriminação, racismo e demais ações que promovem a segregação social.

Desse modo, a presença do professor no processo de construção da aprendizagem do aluno é fundamental. É ele, entre outras definições, o orientador, o mediador, o facilitador da aprendizagem do aluno. Entretanto, faz-se necessário destacar que a função do professor está em não ser o dono do saber, mas em ajudar o educando na troca do conhecimento, proporcionando novas aprendizagens, assim, confirmando a fala de Paulo Freire (1997) que “ninguém educa ninguém, e

ninguém se educa sozinho. É preciso tornar a educação um ato coletivo, solidário.” Dessa forma, o papel do professor com essas características na Educação de Jovens e Adultos desenvolverá uma prática capaz de proporcionar nos alunos maior criticidade diante das práticas de racismo e discriminação e de seu papel enquanto cidadão-transformador, tendo consciência que novas atitudes e comportamentos no que se refere ao respeito à pessoa humana possibilitará o desenvolvimento de uma sociedade sem intolerância. Nessa perspectiva, Santos (2001, p.105) assegura que

(...) no cotidiano escolar a educação anti-racista visa a erradicação do preconceito, das discriminações e de tratamentos diferenciados. Nela estereótipos e idéias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material didático e de apoio, corpo discente e docente etc.) precisam ser duramente criticados e banidos. É o caminho que conduz a valorização da igualdade nas relações. E para isso, o olhar crítico é ferramenta mestra. (SANTOS, 2001, p. 105)

Entretanto, desenvolver uma prática pedagógica que contemple os anseios contidos na Lei 10. 639/2003 não é uma tarefa simples, principalmente quando se busca relacionar as teorias existentes com as propostas de intervenções a serem desenvolvidas em sala de aula. Isso porque, a maior parte dos professores presentes na Roda de Conversa realizada, consideram não ter uma formação adequada para se trabalhar de maneira efetiva e satisfatória a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Dessa forma, a perspectiva do Parecer do Conselho Nacional de Educação (2004) que é “a possibilidade de romper com o paradigma eurocêntrico e estimula[m] alterações nas formulações de políticas educacionais” (RODRIGUES, 2005, p. 63) distanciam da realidade encontrada.

Em suma, trabalhar o ensino da História e Cultura Afro-brasileira vai muito além de apresentar conceito de cultura ou de alguns elementos da cultura afro aos alunos; é preciso desenvolver um trabalho capaz de levar o aluno vislumbrar as concepções, qualidades e valores da cultura negra, contribuindo assim, para a formação de uma ideologia racial capaz de romper as várias formas de inferioridade ou subordinação bem como educá-los para uma relação harmônica no que tange o conceito étnico-racial. Com Freire (1998) aprendemos a importância da formação permanente de professores tendo em vista a importância da reflexão sobre teoria e prática

A prática docente crítica implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre a fazer. (...) na formação permanente dos professores, o movimento fundamental é da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática (FREIRE, 1998, p. 43 e 44).

Nesse sentido, durante a discussão sobre as dificuldades de realizar um trabalho pedagógico voltado para a valorização da cultura negra dentro da sala de aula maior parte dos presentes afirmou que o empecilho está na falta de um trabalho em parceria onde todos os membros da escola se envolvam nessa discussão e numa nova postura diante dos vários atos considerados discriminação e/ou racismo. A professora A, por exemplo, relatou que *“não basta só professor querer fazer um trabalho isolado em sua sala de aula, é preciso que demais atores da educação também assumam essa responsabilidade e principalmente superem todo e qualquer tipo de visão racista dentro e fora do ambiente escolar”*. Desse modo, quando o professor faz essa análise crítica da função social que cada membro da escola desenvolve leva-nos a compreender a importância de um trabalho coletivo no árduo trabalho de superação da desigualdade racial.

A escola precisa está disposta a analisar constantemente seu papel de atuação na perspectiva de formação cidadã, ajudando os educandos não apenas a construir sua identidade, mas também preservá-la. Daí a importância da formação docente sobre a temática diversidade cultural para que haja uma ampliação do debate sobre esse assunto e a superação da mentalidade racista etnocêntrica. Nesse propósito as Diretrizes Curriculares da Educação das Relações Étnico-Raciais (2004) abordam

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. [...] A escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos, contra toda e qualquer forma de

discriminação. A luta pela superação do racismo e da discriminação racial é, pois, tarefa de todo e qualquer educador, independentemente do seu pertencimento étnico-racial, crença religiosa ou posição política. (BRASIL, 2004 p. 15)

Esse mesmo documento ainda propõe várias providências que contribuirão para a formação de professores a serem tomadas pelos responsáveis dos sistemas de ensino e pela política educacional do país, onde dentre elas destacamos:

- Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais.
- Levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola e encaminhamento de medidas para resolvê-las, feitos pela administração dos sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.
- Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior.

Todas essas medidas são de suma importância para a formação dos educadores, principalmente para aqueles que atuam diretamente com alunos afrodescendentes e que necessitam de um trabalho de incentivo para elevação de sua autoestima. A realização de um trabalho pedagógico voltado para esse propósito vai além de ser apenas um cumprimento curricular e passa a ser uma oportunidade de ressignificar a prática docente desenvolvendo uma ação que desperte e incentive o conhecimento da cultura afro-brasileira e conseqüentemente. Entretanto, o que se observou durante as discussões é que muitos deles assim como a escola em questão ainda não foram contemplados com essas propostas ou medidas. A professora B citou que *“a nossa escola ainda possui pouco documentos e livros para orientar os nossos projetos e planejamentos. Maior parte dos arquivos que conseguimos na hora de realizar um projeto pedagógico é através de sites de*

pesquisas. E as dúvidas e dificuldades que temos em relação ao trabalho com a questão racial, são tiradas uns com os outros". Através da fala da educadora evidenciamos que muitas das propostas previstas para que a Lei 10.639 e o Ensino da Cultura Afro-Brasileira sejam de fato efetivadas no espaço escolar, ainda não fazem parte da realidade desses professores, dificultando assim, o trabalho pedagógico voltado para a valorização da cultura negra dentro da escola.

Diante desses fatores relevantes, é preciso que os responsáveis pelo sistema de ensino e principalmente pela política educacional do país façam com que os documentos e subsídios que orientem o ensino da Cultura Afro-Brasileira possam chegar de maneira mais acessível aos professores da rede de ensino principalmente às escolas do interior dos municípios. É fundamental também que a formação de professores contribua para a realização de uma ação pedagógica que ajude o educando a desconstruir a visão racista, levando-o a reconhecer e aceitar os valores culturais coletivos e individuais que há dentro e fora do espaço escolar e posteriormente construa sua identidade étnico-racial, passo importante para adquirir seus direitos enquanto cidadão.

6.2. O QUE PENSA O ALUNO SOBRE CULTURA NEGRA E AUTOIDENTIDADE

A obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas unidades de ensino - marca o resultado de muitas lutas de vários movimentos sociais, mas principalmente o reconhecimento que é preciso trabalhar de maneira efetiva na superação da discriminação racial e racismo presente em nossa sociedade. A educação enquanto política pública não pode fechar os olhos para essa realidade, e sim desenvolver meios para a aplicabilidade das Diretrizes que norteiam a Lei 10.639/2003.

Ao considerar a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no ambiente escolar que ao desenvolver juntos com os professores a Oficina Temática - Por igualdade racial na Escola e na Vida - para os alunos de uma turma do Ensino Médio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos foi possível apreender as várias visões e questionamentos desses alunos em relação aos conceitos de discriminação, racismo e autoaceitação da identidade negra. Os resultados revelados evidenciaram que a construção identitária e autoestima de cada sujeito são resultados das várias interferências sofridas ao longo de sua relação com o meio social e cultural em que ele se insere.

Toda a discussão com a turma investigada composta de 29 alunos e sem grande variedade étnica partiu de uma pergunta-chave: Preconceito e Racismo na Escola: como superá-los? A partir das discussões foi notório que muitos desses alunos tiveram dificuldades na hora de autodefinir a sua cor. Isso porque alguns negros se consideraram “morenos” e os pardos se declararam branco. Com isso, podemos aqui perceber uma forma desses alunos não se identificarem como negros. A esse respeito Silva (1998, p.22) aponta que

(...) uma questão aberta do IBGE foram constatadas em censo, 136 variações de cores. “Isto nos faz refletir sobre os escapes que as pessoas encontram para não serem identificadas como negras. Tentam de todas as maneiras fugir de serem identificadas com essa raça. Que histórias foram contadas, capazes de levar essa imensa massa populacional, pesquisada pelo IBGE, a omitir sua identidade negra? Que histórias nos foram contadas na infância e adolescência

levando-nos ao medo de dizer:” Eu sou negro “ou” Sou negra “. Como se o ser negro ou negra não correspondesse a uma raça, mas sim uma marca negativa, que precisa ser apagada, superada ou esquecida.

Nesse sentido é de suma importância um trabalho pedagógico de valorização pessoal do aluno que se inicie ainda cedo, pois é desde a infância que vamos construindo nossa identidade e consciência de valorização pessoal e respeito para com o próximo.

Outra questão relevante que ocorreu durante a realização das discussões e chamou-nos atenção foi o fato de que muitos alunos nos afirmaram que já sofreram e/ou - já praticaram atos de racismo e de discriminação dentro da sala de aula, revelando assim a necessidade de um trabalho que incentive o respeito mútuo bem como de tolerância entre si. Isso implica dizer que é fundamental que o aluno crie a consciência de aceitação e valorização das diferenças culturais, sociais, religiosas e étnicas que existem dentro e fora do ambiente escolar e por conseguinte passem a conviver com elas de maneira harmônica. Para Pinheiro (2011), o preconceito embora sendo uma construção particular de cada indivíduo possui uma intrínseca relação com o meio social. Nesse sentido autora afirma que

Podemos conceber que o preconceito pode ser entendido como valores diversos, que consistem em juízos preconceituosos mediante representações que o sujeito tem sobre a realidade. Tais representações, no entanto, não são frutos apenas de construções individuais, logo que a cultura exerce papel fundamental para a sua elaboração. (PINHEIRO, 2011, pg. 218

Infelizmente observa-se que a prática do preconceito se faz presente no ambiente escolar quando o aluno faz um pré julgamento da pessoa do colega pela sua cor, vestimenta, estilo do cabelo, condição social, enfim, são vários os estereótipos que são utilizados nas relações interpessoais no contexto escolar para vitimizar, humilhar e excluir o colega. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que esse tipo de comportamento preconceituoso acaba prejudicando não apenas quem sofre esse tipo de ato, mas também interferindo na construção sólida de uma sociedade que impere o respeito, a democracia e a igualdade.

Baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) sobre a diversidade cultural dentro da escola destaca-se a importância de um trabalho pedagógico voltado para o respeito e prática da cidadania visto que o preconceito acaba sendo um empecilho para a sua efetivação. Assim, esse documento aborda que

que respeitar e valorizar as diferenças étnicas e culturais não significa aderir aos valores do outro, mas, sim, respeitá-los como expressão da diversidade, respeito que é, em si, devido a todo ser humano, por sua dignidade intrínseca, sem qualquer discriminação” (Brasil, 1997, p. 20).

O corpo discente dessa turma é composto por diferentes sujeitos com idades e gêneros diferentes. Alguns residem na zona rural e a maior parte na sede do município. São jovens e adultos em que sua maior parte é de alunos negros e residentes nos bairros mais pobres da cidade. Logo, são alunos de classe social baixa e que se veem muitas das vezes obrigados a dividir o tempo com o trabalho diário e a escola. Muitos desses alunos durante as discussões se mostraram sem muita perspectiva de futuro e veem a escola apenas como uma oportunidade de encerrar os estudos na etapa Ensino Médio. Apenas os alunos mais jovens sinalizaram interesse em prosseguir os estudos após término do Ensino Médio.

De acordo com os relatos sobre essa falta de perspectiva dos alunos para com os estudos destaca-se a afirmação do aluno B que relatou que *“não penso em seguir os estudos porque trabalho muito para sustentar minha família. E aqui na cidade não tem muitas oportunidades de faculdade. Para fazer o curso que desejo eu tinha que ir morar fora. E ir para outra cidade com família é mais difícil ainda para estudar e trabalhar”*.

A partir dessa visão identificamos a realidade da desigualdade socioeconômica que sofrem muitos alunos da rede pública principalmente o jovem e o adulto. Em complemento a aluna C relatou que *“venho estudar porque a gente precisa, sem estudo nós não somos ninguém. Já somos discriminados por ser negro e pobre e se ainda não estudamos aí é que a situação fica mais complicada. Então, precisamos ao menos ter um diploma para ser alguém na vida”*. Se analisarmos a fala da aluna C de maneira ampla, logo compreenderemos que mesmo observando o crescimento proporcional de jovens e adultos, negros e pardos que ingressam

cada vez mais no Ensino Superior mediante a política de inclusão no sistema universitário através do ProUni, por exemplo, ainda sim, há de se notar uma discrepância entre esses grupos e a população branca. Dessa maneira, é preciso que haja cada vez mais investimentos para ampliação e efetivação dessas ações que vem promovendo de maneira positiva a redução das desigualdades sociais.

Nesses dois casos, a questão de fundo que trouxe à tona o debate envolveu não apenas a questão do racismo e discriminação, mas também a temática da desigualdade social a qual possui intrínseca relação com esses assuntos, visto que se olharmos os dados sobre a distribuição de pessoas economicamente ativas a partir do grau de escolaridade veremos que a população negra é a mais atingida, isso porque, as pessoas negras ainda não possuem igualdade de renda perante as pessoas brancas. Esse fator torna-se ainda mais relevante quanto envolve a figura da mulher negra que ainda hoje recebe menores salários e ainda lideram o alto índice de desemprego.

Desse modo, fica evidente que, embora haja várias intervenções governamentais a fim de diminuir a desigualdade social, nesse caso, a pobreza, nota-se a que a população negra é a mais atingida com a má distribuição de renda. Com isso, compreende-se aqui a grande influência que as condições de renda familiar causa no retrato da desigualdade racial em nosso país, ou seja, “as condições da família têm sido consideradas pelos/as estudiosos/as do tema como um importante indicador na composição das desigualdades, justamente por agregar, nesse âmbito, características econômicas, sociais e culturais.” (GPP-GeR, 2010 pg. 5)

A realização da Oficina Temática com os alunos foi de fundamental importância para que pudéssemos compreender melhor qual a sua visão em relação a assuntos ligados a pessoa afrodescendente e conseqüentemente os reflexos que isso acabam trazendo para sua vida, sejam eles de maneira positiva ou negativa. Um ponto principal que foi observado é que os participantes tem consciência da importância da cultura negra e de sua rica colaboração na formação cultural do nosso país, seja na música, dança, culinária, entre outras. Esses alunos deixaram claro também que são as discussões que a escola realiza ao longo do ano letivo que

os ajudam nessa compreensão e aos poucos levam-os a se reconhecerem como afrodescendentes.

Os resultados do momento de produções das atividades realizadas em grupos foram surpreendentes. Surgiram diferentes poesias e cordéis que revelaram não apenas a criatividade dos alunos, mas que muito além de evidenciar a presença do preconceito e do racismo em nossa sociedade mostraram como a pessoa negra vem reagindo contra esses tipos de atos e conseqüentemente sua forma de se posicionar diante dessas situações.

Com base no que salienta as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais (2004) é primordial que se reconheça o processo histórico de exploração e desigualdade vivido pelo povo negro, mas que acima de tudo nos reeducar para uma relação étnico-racial que haja a troca de conhecimentos de maneira harmônica e igualitária

Para reeducar as relações étnico-raciais, no Brasil, é necessário fazer emergir as dores e medos que têm sido gerados. É preciso entender que o sucesso de uns tem o preço da marginalização e da desigualdade impostas a outros. E então decidir que sociedade queremos construir daqui para frente [...] Assim sendo, a educação das relações étnico-raciais impõe aprendizagens entre brancos e negros, trocas de conhecimentos, quebra de desconfianças, projeto conjunto para construção de uma sociedade justa, igual, equânime". (BRASIL, 2004 p. 14)

Diante dessas afirmações fica claro que para obter êxito num trabalho de promoção da valorização da cultura afro-brasileira e de incentivo para que o aluno descubra sua verdadeira identidade é necessário o desenvolvimento de proposta que estimule esse objetivo revelando a valiosa importância da pessoa negra enquanto cidadão de direitos e ativos na sociedade brasileira.

6.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE RESGATE E VALORIZAÇÃO DAS QUESTÕES ÉTNICAS – RACIAIS

A sociedade vem sofrendo ao longo do tempo importantes mudanças nos diferentes espaços sejam eles na política, na economia, na cultura e entre outros. Entretanto, a escola não deve ficar sem considerar tais mudanças visto que o tempo todo elas se refletirão no ambiente escolar. Logo, se a sociedade vem se transformando a cada dia, a comunidade escolar não deve ficar sem acompanhar tais transformações. É preciso estar disposto a introduzir no ambiente escolar novos fazeres pedagógicos capazes de contemplar essas mudanças, levando assim, os alunos a assumir novos papéis, sobretudo considerando as competências e habilidades que eles devem desenvolver ao longo de suas experiências no Ensino Médio.

Ao considerar as reflexões aqui elencadas não podemos perder de vista o fazer pedagógico voltado para o ensino e valorização da cultura afro-brasileira dentro do ambiente escolar, partindo da concepção de que a diversidade cultural que há na atual sociedade é resultado da colaboração de diferentes povos, destacando aqui, o povo africano. Sabe-se que por centenas de anos foram reprimidas as manifestações e os estudos da cultura africana no ambiente escolar. Foram através de várias lutas sociais, principalmente do Movimento Negro que houve a inserção de disciplinas que contemplavam os ensinamentos da História dos Negros no Brasil e a História do Continente Africano.

Partindo dessa perspectiva que para entender melhor de como a escola investigada contempla em seu currículo pedagógico os ensinamentos da história e cultura afro-brasileira destacando a existência da pluralidade no espaço escolar foi de suma importância analisarmos o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola no intuito de identificarmos se a organização do seu currículo está articulado na abordagem desses temas. Foi através da análise do PPP assim como durante a roda de conversa com os professores da turma investigada que se identificou a presença de ações pedagógicas voltadas para a valorização da cultura e da pessoa afro-brasileira.

No que concerne à aplicabilidade das orientações contidas na Lei 10.639/03 identificou-se que a escola vem desenvolvendo desde o ano de 2012 um projeto Pedagógico intitulado Novembro Afirmativo realizado entre 20 de outubro a 20 de novembro, tendo como objetivo principal a introdução no espaço escolar de diferentes discussões acerca das relações étnico-raciais, contribuindo para a desconstrução de conceitos historicamente arraigados na sociedade. Dentre os vários objetivos deram ênfase às políticas de ações afirmativas, as contribuições da população negra, identidade racial, as lideranças negras nacionais e internacionais e maior enfoque aos remanescentes de quilombo situados no município de Carinhanha-BA.

Quando indagados para que esclarecessem melhor a origem desse projeto bem como seus idealizadores, a professora A contou-nos que *“o projeto Novembro Afirmativo surgiu de uma atividade desenvolvida pelos professores da Área de Ciências Humanas. No início foi pensado duas semanas de diferentes atividades que fossem realizadas nos turnos. Essas atividades envolveriam a discussão de filmes, palestras, roda de capoeira, lanche afro coletivo e no último dia faríamos a culminância onde fossem apresentados os vários resultados surgidos ao longo desses dias de trabalho”*.

A docente D, em complemento relatou como esse projeto passou a fazer parte do Projeto Político da escola *“como na jornada pedagógica analisamos que os resultados dessa atividade foram bastante positivos principalmente porque foi notória a empolgação e envolvimento de todo o alunado, foi questionado então: por que não expandi-lo e envolver os demais docentes? Assim, foi unânime a aceitação levando principalmente em consideração o número significativo que a escola possui de alunos negros e de remanescentes quilombolas”*.

Ao considerar os dois relatos aqui descritos vemos que é primordial que haja o envolvimento de todos os professores e demais membros da escola no momento de desenvolver ações afirmativas e de inclusão do aluno afrodescendente. Desse modo, ela estará levando em consideração não apenas a diversidade étnico-cultural que existe no contexto escolar, mas também as diferentes realidades que envolvem o alunado sem perder de vista a garantia dos direitos sociais que cada um deles possuem.

Nesse propósito as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004) trazem importantes reflexões acerca do papel da escola em relação o desenvolvimento de ações na superação da discriminação e racismo que ocorrem dentro do ambiente escolar respaldadas no respeito as diferenças

As formas de discriminação de qualquer natureza não têm o seu nascedouro na escola, porém o racismo, as desigualdades e discriminações correntes na sociedade perpassam por ali. Para que as instituições de ensino desempenhem a contento o papel de educar, é necessário que se constituam em espaço democrático de produção e divulgação de conhecimentos e de posturas que visam a uma sociedade justa. A escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados, ao proporcionar acesso aos conhecimentos científicos, a registros culturais diferenciados, à conquista de racionalidade que rege as relações sociais e raciais, a conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e concerto das nações como espaços democráticos e igualitários. (BRASIL 2004, pg. 15)

Numa escola onde prevalece o desenvolvimento de uma ação pedagógica que desconsidere o modelo homogêneo de cultura e passa a valorizar a pluralidade, conseqüentemente os resultados dessa prática refletirão no desenvolvimento da autoestima e na construção identitária dos seus alunos afrodescendentes. Nesse sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) abordam sobre a importância de a escola trabalhar com enfoque na diversidade cultural como forma de viabilizar durante o processo de aprendizagem uma nova postura que ajudem a minimizar atitudes discriminatórias e promovam a ascensão da prática cidadã que refletirá não apenas no ambiente escolar, mas na sociedade.

Mudar mentalidades, superar o preconceito e combater atitudes discriminatórias são finalidades que envolvem lidar com valores de reconhecimento e respeito mútuo, o que é tarefa para a sociedade como um todo. A escola tem um papel crucial a desempenhar nesse processo. Em primeiro lugar, porque é o espaço em que pode se dar a convivência entre crianças de origens e nível socioeconômico diferentes, com costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada uma conhece, com visões de mundo diversas daquela que compartilha em família. Em segundo, porque é um dos lugares onde são ensinadas as regras do espaço público para o convívio democrático com a diferença. Em terceiro lugar, porque a escola apresenta conhecimentos sistematizados sobre o País e o mundo, e

aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno de questões sociais. A criança na escola convive com a diversidade e poderá aprender com ela. (BRASIL, 1997,p. 21)

Diante dessas discussões aqui elencadas fica evidente que a promoção de um trabalho inovador sobre as questões étnico-raciais implicam o desenvolvimento de um trabalho coletivo, onde não apenas os professores, mas todos os envolvidos no processo escolar se sintam responsáveis pelo desenvolvimento de uma ação interventiva capaz de superar os paradigmas da discriminação e do racismo. Os resultados evidenciados na aplicação do Projeto Novembro Afirmativo confirmaram essa visão, pois foi possível notar que quanto todos os membros da escola, desde o diretor até o porteiro são envolvidos nessa discussão, uma nova visão sobre a valorização da pessoa começa a ser formada.

A avaliação positiva dos professores sobre a realização desse projeto mostramos que o sucesso de uma escola acontece quando o trabalho pedagógico é pensado para a coletividade e seu resultado na vida do aluno atingiu-os de maneira satisfatória, isso porque, ajudou-os a perceber a importância da valorização da cultura negra e da pessoa humana e posteriormente levou-os a se reconhecer enquanto não apenas um afrodescendente, mas acima de tudo um cidadão de direito que merece ser respeitado por todos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar nas diferentes maneiras de trabalhar a temática da cultura afro brasileira de maneira desmitificada e de forma que se garanta o acesso aos direitos sociais é um grande desafio, tanto para os professores quanto para os alunos. Isso porque, devemos ter em mente que a educação é um processo que não ocorrerá de maneira satisfatória quando realizada de forma isolada, visto sua amplitude e a exigência da participação de todos os seus envolvidos. Dessa maneira, sua prática deve ser construída numa relação intrínseca entre a reflexão e a mudança de postura, com um processo inovador que leve os alunos a serem agentes de transformação, conscientes do seu papel na sociedade e principalmente reconhecedor da diversidade étnico-racial existentes no nosso país bem como da prática do respeito que devemos ter para com ela.

A promoção da igualdade racial dentro do ambiente escolar é um fator primordial para que haja de fato a construção da aceitação e da autoidentidade do aluno afrodescendente de maneira sólida e perspicaz que viabilizem o combate de preconceitos, intolerâncias, discriminação, inferioridade ou exclusão, fatores que muitas das vezes impedem que o aluno reconheça a importância da cultura africana e afro-brasileira e posteriormente se reconheça enquanto sujeito pertencente a essa cultura. Diante disso, pode-se inferir que o trabalho a ser desenvolvido no alcance desse objetivo almejado deve-se pautar numa ação pedagógica que evidencie a importância e contribuição da cultura africana para nossa sociedade bem como os conceitos de racismo ou discriminação sejam extintos e superados dentro da escola.

A partir da análise apresentada ao longo dessa pesquisa foi possível notar o quanto é importante não somente a figura do professor, mas também de toda equipe gestora na propagação da cultura afro dentro da unidade de ensino mediante realização de um trabalho pedagógico que envolva essa discussão temática através de atividades significativas e bem elaboradas, norteadas nos documentos como a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, Lei 10.639/03 e sua complementação Lei 11.645/08 e nos eixos norteadores Projeto Político Pedagógico – PPP da escola. Foi possível evidenciar também não só a importância do trabalho pedagógico

multidisciplinar, mas também os desafios enfrentados pelos docentes ao aplicar tais leis, visto que é fundamental um trabalho contínuo de discussão e formação sobre a temática da cultura afro brasileira.

O ensino da cultura afro brasileira exige de cada docente e demais membros da escola a superação de suas visões tradicionais e de conceitos preconceituosos que acabam refletindo no trabalho pedagógico. Logo, podemos pensar que quando se trabalha de maneira impessoal buscando ações que superem o senso comum isso acabará refletindo de maneira positiva na vida do aluno, fazendo com que ele se sinta mais valorizado e posteriormente se aceite enquanto pessoa negra, e mais ainda, se dê conta dos direitos que ele possui enquanto cidadão.

Almeja-se então, mediante discussões apresentadas incentivar a prática pedagógica que pautada na realização de atividades que ajudem não apenas na reflexão, mas acima de tudo no incentivo à igualdade, onde a discriminação e o racismo sejam superados permitindo que uma nova abordagem sobre a cultura africana e afro-brasileira seja promovida sem restrições. Assim, estarão fazendo com que tanto a cultura quanto o aluno negro seja valorizado dentro e fora da sala de aula fazendo prevalecer os anseios do ensino da Lei 10.639 e principalmente o anseio de cada aluno afrodescendente que espera ser respeitado pela sua cor em todos os espaços sociais enquanto cidadão de direitos.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Maria Luiza Heilbom, Leila Araújo, Andreia. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça** – GPP-GeR Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, 2010
- BOTELHO, Denise. “**Lei nº 10.639/2003 e Educação Escolar Quilombola: inclusão educacional e população negra brasileira**”. Programa 5. TV ESCOLA/SALTO PARA O FUTURO, 2007.
- BRASIL. **Lei Nº 9394. LDB** – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.
- _____. **Lei Nº 10639**, de 9 de janeiro de 2003.
- _____. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. CNE/CP 3/2004, de 10 de março de 2004.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação..Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/ SEF, 1997.
- CANDAU, Vera Maria. **Sociedade, educação e culturas. Petrópolis**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GOMES, Nilma L. Diversidade e Currículo. In: BRASIL. **Indagações sobre o currículo do ensino fundamental**. 17 ed. Ministério da Educação, Salto para o futuro. 2007.
- _____. **Educação e Relações Raciais: Refletindo Sobre Algumas Estratégias de Atuação** In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na**

escola. [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), 2005.

MEDEIROS, Andreia Borges. **Pobreza, relações étnico-racial e cotidiano escolar: narrativas do viver.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.abr. 2011

MOURA, Gloria. *O direito à diferença.* In: Kabengele, Munanga. **Superando o racismo na escola.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NUNES, Georgina Helena Lima. *“Educação formal e informal: o diálogo pedagógico necessário em comunidades remanescentes de quilombos”.* In: **Dimensões da inclusão no ensino médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola.** BRAGA et ali. Coleção Educação para Todos. Brasília: MEC/SECAD/2006a, p. 343 – 360

PINHEIRO, Viviane Potenza Guimarães. **Preconceito moralidade, e educação moral, para diversidade.** Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan.|abr. 2011

PULINO, Lúcia H. C. Z. **Acolher a criança, educar a criança – uma reflexão.** In: Em Aberto, Brasília, INEP/MEC, Vol. 18, N. 73, p. 29-40, Julho de 2001

RODRIGUES, Tatiane Consentino. **Movimento negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990.** 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Revista Scielo, 2012

SANTOS, Isabel Aparecida dos. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos”.** In: Cavalleiro(org.) Racismo e anti-racismo na educação. São Paulo: Summus, 2001.

SILVA, Delma Josefa da. **Educação Quilombola: um direito a ser efetivado.** Olinda-PE. Centro de Cultura Luiz Freire e Instituto Sumaúma, s.d. 1998